

#00

BOLETIM DO SUB-SECTOR
DOS/AS PSICÓLOGOS/AS DO
SECTOR INTELECTUAL DA
ORGANIZAÇÃO REGIONAL
DE LISBOA DO PCP

ZONA PROXIMAL

NOVEMBRO DE 2023



Rafael Filipe

**PARA ONDE VAI A
PSICOLOGIA EM PORTUGAL?**

**SAÚDE: 1 PSICÓLOGO/A,
9.687 HABITANTES**

**EDUCAÇÃO: 1 PSICÓLOGO/A,
694 ESTUDANTES**

**SERVIÇOS PRISIONAIS:
1 PSICÓLOGO/A,
380 RECLUSOS/AS**

Este boletim dirige-se a todos/as os/as interessados nos assuntos da Psicologia - em particular, os/as seus/suas trabalhadores/as - que têm interesse em conhecer e aprofundar a reflexão do PCP sobre a Psicologia e a situação dos Psicólogos e Psicólogas em Portugal. O título é uma homenagem explícita ao histórico conceito que Lev S. Vygotsky, nos albores da revolução soviética, cunhou de Zona de Desenvolvimento Proximal, de modo a descrever o processo pelo qual as pessoas tendem a superar o nível actual de desenvolvimento, em direcção a níveis potenciais, e que se constitui como uma das ideias pioneiras da aplicação do materialismo dialético à investigação em Psicologia. Esperamos que o "Zona Proximal", enquanto instrumento de aproximação dos Psicólogos e Psicólogas comunistas aos/às trabalhadores/as da Psicologia e demais interessados, possa cumprir esse desígnio de ascensão a potenciais mais elevados de consciência e de unidade dos Psicólogos e Psicólogas.

Contacto do sector: s.intelectual@dorl.pcp.pt

PARA ONDE VAI A PSICOLOGIA EM PORTUGAL?

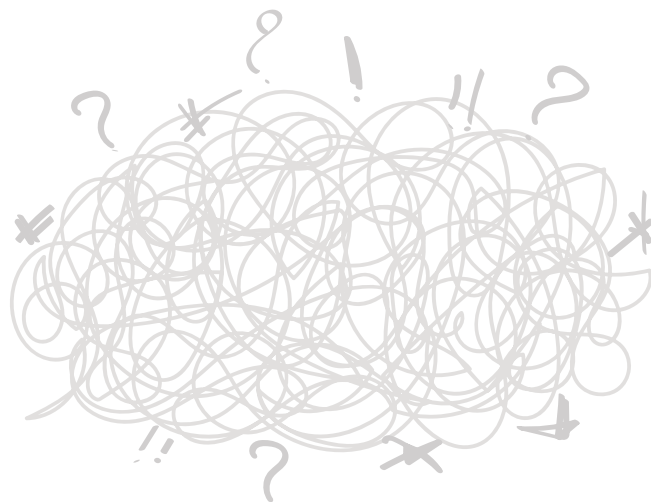
Nos últimos anos, os Psicólogos e Psicólogas comunistas têm vindo a dar importantes passos na identificação de problemas comuns, mas também no reconhecimento e afirmação do seu trabalho e da clara e persistente desvalorização da profissão em áreas tão relevantes como a Saúde, a Educação ou a Justiça. Reconhecemos e identificamos, desde logo, uma **concepção assistencialista do nosso trabalho** (comprovado por longos anos de voluntariado nos hospitais públicos), da qual resulta uma **frágil consciência de classe** e uma **dificuldade acrescida de identificação de problemas laborais concretos e transversais**. Esta questão *identitária* é ainda agravada pelo **isolamento em que muitos/as trabalham**, pela **heterogeneidade de realidades e vínculos laborais** e pela **enorme diversidade de contextos de intervenção**.

Porém, em todos eles, o panorama profissional é marcado por problemas profundos aos quais urge dar resposta, sendo esta indissociável de uma acção consciente, contínua e concertada de toda a classe profissional. Neste âmbito, salientamos as **enormes dificuldades de acesso à profissão e ao mercado de trabalho**, agravadas pela **obrigatoriedade de realização de um estágio profissional com um ano de duração** (muitas vezes, em condições de exploração, salários baixos ou inexistentes, sem a supervisão adequada ou tendo de pagar por ela). Todos os anos, esta situação coloca muitos/as Psicólogos e Psicólogas numa posição complexa, à qual se somam, não raras vezes, o desemprego aquando do término dos estágios. Além disso, é sabido que **o sector é marcado pela precariedade e insegurança laboral, baixos salários, contratos temporários para necessidades permanentes, congelamento de carreiras e horários desregulados**, problemas que comprometem a própria qualidade do trabalho, ao impactar negativamente a vida, e mesmo a saúde mental e física destes/as trabalhadores/as. Mesmo um momento em que a saúde mental adquiriu uma extraordinária visibilidade, em virtude da pandemia COVID-19 e da crise social e económica que lhe sobreviveu, a luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento profissional ganha ainda maior relevância.

Com o **actual agravamento da situação económica e social e aumento do custo de vida**, é ainda expectável que o panorama da saúde mental se torne ainda mais enegrecido, a par da degradação das condições de trabalho dos Psicólogos e Psicólogas. Paralelamente, observamos a **proliferação de respostas de Psicologia fast-food**, disponibilizadas por não-Psicólogos/as, assentes na exploração das necessidades das populações ao nível da saúde mental. Estas respostas não só colocam em causa o bem-estar e estabilidade das pessoas, como contribuem para a descredibilização da profissão. Por fim, permanece a **carência de profissionais da Psicologia nos serviços públicos e condições precárias daqueles que lá trabalham**, pese embora esteja sobejamente documentada a necessidade do seu contributo e a custo-efectividade da sua acção. Este cenário não apenas afecta os/as trabalhadores/as da Psicologia, mas a própria Saúde Pública.

SAÚDE: 1 PSICÓLOGO/A, 9.687 HABITANTES

No Serviço Nacional de Saúde, mantém-se o subinvestimento histórico na resposta de cuidados de saúde mental. Se, antes da pandemia, os dados disponíveis apontavam para uma prevalência de 23% de problemas de saúde mental na população portuguesa (sendo os mais comuns a ansiedade e a depressão) é justo assumir que esses números são agora muito superiores. Estes problemas, embora afectem as pessoas nos seus diversos contextos de vida (pessoal, social e profissional), não encontram resposta adequada nos cuidados de saúde: **cerca de 65% das pessoas que sofrem de problemas de saúde mental não recebem ajuda**.



A intervenção dos/as Psicólogos e Psicólogas nos cuidados de saúde é bastante abrangente, quer ao nível da prevenção da doença e promoção da saúde, tipo de acompanhamento (individual ou em grupo), contextos (internamento, intervenção em crise ou emergência) e integração em equipas multidisciplinares e ao longo de todo o ciclo de vida – evidências que sublinham a necessidade do apoio psicológico e a importância do seu trabalho nos cuidados de saúde (primários, secundários, terciários e quaternários). Mas, paradoxalmente, não existem Psicólogos/as no SNS em número suficiente. Para além do **baixo número de contratos**, regista-se ainda uma **vincada desigualdade salarial** entre profissionais com funções e tempos de serviço similares, mas com situação contratual diferenciada. Ao todo, **trabalham no SNS pouco mais de 1000 Psicólogos/as (um rácio de 1 para 9687 habitantes, sendo internacionalmente recomendado o de 1 para 5000)**. Existem pouco mais de 500 Psicólogos/as nos Cuidados de Saúde Primários e apenas cerca de 300 afectos/as aos Centros de Saúde, onde existe um rácio estimado de 1 para 41.188 habitantes, implicando um **tempo médio de espera por uma primeira de consulta de, pelo menos, 6 meses**.

A baixa contratação coexiste com formas de **proletarização, barreiras no acesso à profissão, fragilização dos vínculos laborais e precariedade, baixos salários, desregulação de horários de trabalho, desemprego estrutural e abandono da profissão**. É exemplo ilustrativo a contratação de Psicólogos/as para a linha SNS24. Dados recentes indicam que, nesta função altamente especializada, os Psicólogos e Psicólogas auferem 2.50€ por chamada recebida, com um vínculo precário de prestação de serviços, sendo ainda obrigados/as a usar meios próprios para a realização deste trabalho (telemóvel e internet).

EDUCAÇÃO: 1 PSICÓLOGO/A, 694 ESTUDANTES

O impacto positivo da acção psicológica em contexto escolar é reconhecido em áreas tão diversas como a saúde mental da comunidade educativa, a melhoria das aprendizagens, prevenção do abandono, insegurança, violência e indisciplina, a promoção de competências transversais, a promoção da igualdade ou a literacia em saúde. Contudo, os Psicólogos e Psicólogas que trabalham em contexto escolar encontram-se também numa situação complexa. Para além de serem, muitas vezes, contratados como técnicos/as especializados, deparam-se com **contratos anuais, atrasos nas colocações, grande rotatividade** e, por vezes, **duplicação de funções**. Isto traduz-se numa *resposta insuficiente e temporária face a necessidades permanentes*, prejudicando a sua intervenção essencial. Os/as que trabalham em investigação e no ensino superior, confrontam-se com o incentivo ao “empreendedorismo”, a normalização da precariedade ou o não pagamento de funções a investigadores, entre outras dificuldades, partilhadas, de resto, com outros/as profissionais de investigação científica.

Existem pouco mais de 1800 Psicólogos/as nas escolas públicas, traduzindo um rácio de 1 por cada 694 alunos/as no ensino público (pré-escolar, ensino básico e secundário). Segundo as recomendações internacionais, este rácio não deveria exceder os 500 alunos para 1 Psicólogo/a, número ainda mais reduzido quando o trabalho inclui alunos/as com necessidades educativas específicas ou em situações de especial vulnerabilidade. Já no ensino superior, num quadro de franco agravamento de problemas de saúde mental no pós-pandemia (sobretudo, ansiedade e depressão, que afectam um quinto dos/as estudantes), trabalham apenas cerca de 100 Psicólogos/as. Aqui, o rácio revela um desfazamento ainda maior comparativamente às recomendações internacionais, correspondendo a 1 Psicólogo por cada 3.238 estudantes. Um quarto das instituições de ensino superior não tem, sequer, um serviço de saúde mental (26%) e, naquelas que o possuem, um quarto dos profissionais afectos/as não tem formação específica na área, cerca de metade tem vínculos temporários (contratos temporários ou estágios) e quase 40% acumulam outras funções.



SERVIÇOS PRISIONAIS: 1 PSICÓLOGO/A, 380 RECLUSOS/AS

Nos serviços prisionais, a situação é de ainda maior insuficiência. **Existem 49 estabelecimentos prisionais e 14.000 reclusos/as, mas apenas 30 Psicólogos/as a exercer neste âmbito, um rácio de 1 Psicólogo/a para 380 reclusos, quando o internacionalmente recomendado é de 1 para 150-160.** Este panorama inviabiliza a necessária acção dos Psicólogos e Psicólogas neste contexto, impossibilitando a intervenção no apoio psicológico, mudança comportamental, prevenção da recidiva e reintegração social.

Nas instituições comunitárias, dão contributos essenciais para a saúde e qualidade de vida das pessoas, intervindo de forma individual e grupal, promovendo o bem-estar psicológico e social e considerando uma multiplicidade de realidades individuais, familiares, socio-económicas e laborais. A sua esfera de intervenção é multifacetada e decorre junto de todas as faixas etárias e ao longo de todo o ciclo de vida. Como tal, dada a presente situação de carência social e económica, os Psicólogos e Psicólogas são confrontados/as com situações cada vez mais complexas, que rapidamente se expandem dentro das comunidades, e cuja necessidade de resposta é gritante. **Não é concebível pensar que alguém pode manter a sua estabilidade emocional e saúde mental intactas quando é recorrentemente alienado dos seus direitos fundamentais – como o direito à habitação, o acesso a cuidados de saúde, o direito ao ensino ou o direito a um salário digno, que para muitos, insiste em não chegar até ao fim do mês.** A intervenção dos Psicólogos e Psicólogas momento presente não é apenas uma urgência, mas uma necessidade fundamental.

Os grandes desafios da intervenção em contexto comunitário passam por elevadas carências de natureza estrutural (insuficiência de instituições para dar resposta ao elevado número e à natureza dos problemas reais), organizacional (equipas que se pretendem multidisciplinares, dada a pluralidade dos problemas existentes, que se encontram desfalcadas e desvalorizadas na sua actuação) e económica (a gravíssima ausência de recursos para dar resposta ao incessante fluxo de pedidos de ajuda). A actuação da grande maioria das equipas é mantida à custa do esforço dos/as trabalhadores/as, que recebem salários baixos e trabalham mais horas do que deveriam, de modo a não deixar cair as comunidades que apoiam, e **assim se perpetua um sistema no qual comunidades com carências dependem de profissionais com carências para a sua subsistência e (tentativa de) estabilidade.**

Os/as Psicólogos e Psicólogas comunistas conhecem esta realidade, seja na nossa situação profissional, seja no confronto diário com a realidade da inexistência de políticas públicas estruturadas e consistentes que protejam a saúde mental e permitam intervir nas situações de doença.

A política patriótica e de esquerda que o PCP propõe tem nos seus eixos centrais a defesa e valorização dos/as trabalhadores/as, bem como a valorização dos serviços públicos – pelo que assumimos o nosso papel de intervenção sobre a realidade da profissão, formalizando o nosso compromisso para com a resposta às necessidades identificadas ao nível da saúde mental das populações, bem como das boas práticas da profissão.

É urgente:

- Aumentar a contratação de Psicólogos/as nos serviços públicos, nomeadamente, SNS, escolas e universidades, prisões e respostas comunitárias.*
- Combater a precariedade e desigualdade na profissão, reivindicando salários dignos e condições de trabalho justas e equitativas.*
- Assegurar a regulação adequada da prática psicológica.*

A premência destas soluções é vital, não apenas para os/as trabalhadores/as da Psicologia, mas para a salvaguarda da Saúde, bem-estar e qualidade de vida da população portuguesa.